



Revista JRG de Estudos Acadêmicos

ISSN: 2595-1661

Tramitação Editorial:

Data de submissão (recebimento):
10/08/2019.

Data de reformulação: 10/09/2019.

Data de aceitação (expedição de carta de
aceite): 10/10/2019.

**Data de disponibilização no site
(publicação): 10/11/2019.**

Editor Responsável: Me. Jonas Rodrigo

ANÁLISE DO CONHECIMENTO DE ENFERMEIROS RELACIONADO À ASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO LGBT¹

Analysis of nurses knowledge related to assistance to the lgbt population

*Jonas Rodrigo Gonçalves²
Guilherme Ripardo Lustosa³*

Resumo

Objetivo: Este estudo teve como objetivo analisar o conhecimento de enfermeiros sobre a população LGBT, e sobre a importância da enfermagem no atendimento a este público. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, usando-se da abordagem quanti-qualitativa que foi realizada em uma Unidade Básica de Saúde localizada na região administrativa de Santa Maria, no Distrito Federal, com enfermeiros que trabalhavam na Unidade Básica de Saúde. Foi aplicado um questionário em formato de entrevista. **Resultados:** Observou-se que a maioria dos enfermeiros entrevistados não sabe a diferença entre orientação sexual e identidade gênero, não souberam definir de forma concreta o que é o processo transexualizador, mas no geral apresentaram respostas positivas quanto à importância de a enfermagem estar capacitada para atender a população LGBT e sobre outras

¹ © Todos os direitos reservados. A Revista JRG de Estudos Acadêmicos, bem como a Editora JRG (mantenedora do periódico) não se responsabilizam por questões de direito autoral, cuja responsabilidade integral é do(s) autor(es) deste artigo. A revisão linguística e metodológica deste artigo foi feita pelo(s) autor(es) deste artigo.

² Doutorando em Psicologia; Mestre em Ciência Política, Direitos Humanos e Cidadania; Licenciado em Filosofia e Letras (Português e Inglês); Especialista em Didática do Ensino Superior em EAD, Docência no Ensino Superior, Formação em EAD, Revisão de Texto, Agronegócio e Gestão Ambiental. Professor das faculdades Processus, Unip, Fasesa, CNA. Escritor (autor de 61 livros didáticos). Revisor. Editor.

³ Enfermeiro pela Universidade Paulista, Brasília-DF, Brasil.

questões que a envolvem. **Conclusão:** Ainda vê-se necessário o investimento em educação continuada desses profissionais para com a o população LGBT, afinal, vários artigos mostram a fragilidade na formação dos enfermeiros sobre sexualidade humana e uma fragilidade ainda maior quando referente à diversidade sexual e de gênero e isso se confirma no desconhecimento da maioria sobre o processo transexualizador e de alguns enfermeiros que afirmaram não conhecer a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, afirmaram que orientação sexual e identidade de gênero não são consideradas como determinante e condicionante na situação de saúde de um LGBT, e ainda, um manifestou não se sentir preparado para atender um homem transexual que precise fazer papanicolau/preventivo.

Palavras chave: LGBT. Saúde do adulto. Saúde pública.

Abstract

Objective: This study aimed to analyze the nurses' knowledge about the LGBT population, and about the importance of nursing care to this public.

Methodology: This is an exploratory and descriptive research, using the quantitative-qualitative approach, and was performed in a Basic Health Unit located in the administrative region of Santa Maria, Federal District, with nurses who worked in this location. A questionnaire was applied in an interview format.

Results: It was observed that most of the interviewed nurses do not know the difference between sexual orientation and gender identity; did not know how to define the transsexualization process, but in general presented positive answers about the importance of nursing to be able to the LGBT population and other issues that involve it. **Conclusion:** It is still necessary to invest in continuing healthcare of these professionals towards the LGBT population, because several articles show the fragility in the training of nurses on human sexuality and an even greater fragility when referring to sexual and gender diversity and this can be confirmed by the lack of knowledge of the majority people about the transsexualization process and of some nurses who affirmed that they did not know the LGBT National Integral Health Policy, affirmed that sexual orientation and gender identity are not considered as a determinant and conditioning in the health situation of a LGBT, and one has said he does not feel prepared to meet a transsexual man who needs a pap smear.

Key Words: LGBT, Adult health. and public health.

Introdução

O movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) foi construído através da luta pelo direito da livre expressão da sexualidade e de gênero nos vários contextos sociais. A compreensão da complexidade do tema virá a partir do momento em que haja a diferenciação das especificidades dos diferentes segmentos que compõem a população LGBT, pois retratam as diferentes formas de orientação sexual e de identidade de gênero¹.

Sexo biológico é aquele definido pelas informações cromossômicas, os órgãos genitais, capacidade de reprodução e características fisiológicas que diferem machos e fêmeas².

A sexualidade humana é constituída por uma agregação diversa de fatores sociais, psicológicos e biológicos e integra três elementos: sexo biológico, orientação sexual e identidade de gênero².

Orientação sexual refere-se à capacidade da pessoa de ter atração emocional, afetiva ou sexual e a partir disso, esta é distinguida entre heterossexualidade (interesse afetivo-erótico-sexual entre pessoas de sexos opostos), homossexualidade (interesse afetivo-erótico-sexual entre pessoas de sexos iguais) e bissexualidade (interesse por pessoas de ambos os sexos)¹.

Identidade de gênero é como a pessoa identifica-se ou apresenta-se (podendo ser no masculino ou feminino), e pode corresponder ou não ao seu corpo biológico e ainda pode ou não envolver alteração da aparência ou do corpo³; por isto, encaixam-se aqui os transgêneros (indivíduos que se identificam ou expressam-se com um gênero diferente daquele atribuído no nascimento). Transgêneros podem ser chamados de transexuais (sendo homens ou mulheres). Mulheres transexuais não se identificam com seus órgãos genitais masculinos e homens transexuais não se identificam com seus órgãos genitais femininos e ambos também não se identificam com as atribuições socioculturais dos seus respectivos órgãos genitais biológicos. Podem através de modificações corporais exercerem suas identidades de gênero e podem ser heterossexuais, homossexuais e bissexuais¹. Travestis designam pessoas que sustentam sua identidade de gênero tanto na masculinidade como na feminilidade, possuindo particularmente a reivindicação da androginia (mistura das características masculinas e femininas), e não exclusivamente reconhecimento no gênero feminino socialmente. Relacionam-se com o mundo como mulher, assumindo formas através de hormônios feminilizantes e/ou aplicações de silicone. Declaram-se travestis exigindo legitimidade de sua identificação para além do binômio masculino e feminino³.

O gênero assume um caráter histórico e social, fazendo com que haja um sistema de atributos sociais – crenças, papéis, atitudes e relações entre mulheres e homens – que são determinados pelo contexto social, político e econômico¹.

É importante entender que a sociedade está construída em uma concepção binária de gênero, onde há uma divisão rígida dos indivíduos em posições essenciais de macho/fêmea, homem/mulher, masculino/feminino e concomitantemente a essa concepção está a heteronormatividade, que exclui e oprime a multidiversidade do ser humano em expressar/viver suas diferentes identidades de gênero e sexualidades. Coexistente a este assunto, temos também as convenções sociais de gênero que são normas acordadas em determinada sociedade que determinam um padrão de comportamento para as pessoas, conforme os seus gêneros predefinidos por seus órgãos genitais. Dessa forma, homens possuem pênis e devem se relacionar com mulheres e adotar costumes estereotipados como, por exemplo, jogar futebol, trabalhar para o sustento da família. Já as mulheres, por terem vagina, devem ser dedicadas à maternidade e ter relações somente com homens².

Após um longo caminho percorrido para que houvesse discussão e atenção a respeito da saúde da minoria LGBT, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) foi instituída no âmbito do SUS por meio da Portaria n° 2836, de 1 dezembro de 2011 durante a 14° Conferência Nacional de Saúde. Esta por sua vez, reconhece os efeitos da discriminação e do preconceito no processo saúde-doença desta

população e determina que as necessidades de saúde desses segmentos estejam além das questões relacionadas à epidemia de HIV/AIDS. Expõe os objetivos e as diretrizes voltados para mudanças nos determinantes sociais da saúde, que afetam esta população. A orientação sexual e a identidade de gênero são reconhecidas como fatores de acometimento à saúde por submeterem a população LGBT aos agravos resultantes do estigma, da discriminação e da exclusão social⁴.

Faz-se necessário que a enfermagem esteja preparada para acolher e atender com qualidade desde a baixa até a alta complexidade⁶, conhecendo todos os segmentos e especificidades desta população. A enfermagem dentro do seu papel de cuidar precisa utilizar da educação em saúde como uma estratégia para melhoria da saúde do usuário LGBT e orientá-lo sobre seus direitos e deveres dentro do Sistema Único de Saúde⁷, sendo um canal para o rompimento do preconceito institucional e das formas de discriminação em que estão submetidos⁵.

O assunto em discussão é significativo para mostrar que LGBTs precisam ser acolhidos nos serviços de saúde por profissionais que respeitem e entendem sua condição sexual ou de gênero sem experimentar qualquer tipo de discriminação, preconceito ou violência. Para a ciência, esta pesquisa tem a intenção de contribuir positivamente possibilitando que enfermeiros entendam que é urgente a necessidade de inclusão desta minoria sexual nas formas de cuidado humanizado. Por fim, a sociedade pode desfrutar dos conhecimentos gerados na pesquisa para a ampliação do olhar sobre a diversidade sexual inerente ao ser humano, e assim, os caminhos para a liberdade sexual e de gênero poderão abrir-se cada vez mais.

Conforme as considerações acima, o presente estudo teve o objetivo de analisar o conhecimento de enfermeiros sobre a população LGBT, bem como a importância da enfermagem no atendimento a este público, demonstrando o conhecimento desses profissionais acerca dessa população, identificando como estes veem a importância do atendimento, e revelando a necessidade de visibilidade no setor saúde da mesma.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, usando-se da abordagem quanti-qualitativa que foi realizada em uma Unidade Básica de Saúde localizada na região administrativa de Santa Maria-DF, onde os enfermeiros deste serviço de baixa complexidade podem possuir mais contato com a população LGBT e dessa forma, oferecer serviços de saúde com qualidade e equidade.

A pesquisa feita com enfermeiros da unidade básica escolhida aleatoriamente seguiu o critério de aceitabilidade e disponibilidade. Como instrumento de coleta de dados houve um questionário aplicado em formato de entrevista gravada por áudio, contendo 11 perguntas no total, sendo estas divididas em 9 questões fechadas e 2 questões abertas (anexo).

Definiu-se como critério de inclusão os enfermeiros que trabalhavam na unidade básica de saúde e que quiseram participar voluntariamente da pesquisa, logo totalizou 6 enfermeiros ao final. Estabeleceram-se para critérios de exclusão os enfermeiros que estavam de férias, de licença, de atestado, afastados e ainda aqueles que não quiseram participar. Por conseguinte, totalizou-se 4 enfermeiros excluídos, sendo que destes, 3 estavam de férias e 1 de licença.

Esta pesquisa foi submetida ao comitê de ética da Universidade Paulista (UNIP) e aprovado sob o parecer de nº 2.895.333 para cumprimento das Diretrizes e Normas de Pesquisa em Seres Humanos (anexo), através da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Utilizou-se o termo de Consentimento Livre Esclarecido (anexo) resguardando-se as prerrogativas previstas no item IV. 2.d., da referida resolução.

Os dados quantitativos foram organizados em uma planilha do programa Microsoft Excel, e após sua compilação apresentados por meio de tabelas, já os qualitativos submetidos para análise detalhada do conteúdo presente na fala dos enfermeiros.

Resultados e Discussão

A respeito dos conhecimentos em relação à população LGBT, os participantes foram questionados quanto aos conceitos básicos que definem esta população nas quatro primeiras questões da tabela. São estes os conceitos importantes que a enfermagem deve inteirar-se para que possa haver a compreensão da importância do atendimento à população LGBT, garantindo o direito integral à saúde desta minoria. Em relação a estas, as respostas mostram que a maioria dos enfermeiros entrevistados afirmou saber a diferença entre orientação sexual e identidade gênero, disse saber o que é gênero, a diferença existente entre os tipos de orientação sexual e de identidade de gênero.

Quanto às questões restantes, no geral, também foi evidenciado respostas positivas. De seis participantes, quatro consideraram orientação sexual e identidade de gênero como determinantes e condicionantes na situação de saúde de um LGBT, quatro afirmaram conhecer a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, todos os seis reconheceram o direito do nome social de travestis e transexuais. E por último, cinco garantiram estar capacitados para atender um homem transexual na UBS que precise fazer papanicolau/preventivo e um admitiu não estar capacitado.

Tabela 1. Distribuição dos conhecimentos questionados a respeito de conceitos que envolvem a população LGBT.

1. Conhecimento sobre a diferença entre orientação sexual e identidade de gênero	N
Sim	6
Não	0
2. Conhecimento sobre o que é gênero	N
Sim	5
Não	1
3. Conhecimento da diferença entre heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade	N
Sim	6
Não	0
4. Conhecimento da diferença entre travestis e transexuais	N
Sim	5
Não	1

5. Orientação sexual e identidade de gênero são consideradas como determinantes e condicionantes na situação de saúde de um LGBT	N
Sim	4
Não	2
6. Conhece a Política Nacional de Saúde Integral LGBT	N
Sim	4
Não	2
7. Travestis e transexuais possuem direito ao nome social	N
Sim	6
Não	0
8. Homem transexual na unidade de saúde que precise fazer papanicolau/preventivo, você se sentiria capacitado para atendê-lo	N
Sim	5
Não	1

Saber diferenciar identidade de gênero e orientação sexual é importante para que possa haver o entendimento sobre diversidade sexual. Os resultados positivos nas questões 1, 3 e 5 mostra que a maioria dos enfermeiros respondeu “sim”, condizendo com estudos e com própria política LGBT que afirmam que estas duas vertentes, além de demandas para políticas públicas específicas, devem ser consideradas como determinantes e condicionantes associados à saúde por gerarem sofrimento decorrente da violência e discriminação⁸.

Após o entendimento de que o gênero assume um caráter histórico e social, fazendo com que haja um sistema de atributos sociais que são determinados pelo contexto social, político e econômico¹, os transgêneros (travestis e transexuais) fogem a lógica hegemônica de sexo biológico como determinante da identidade de gênero¹⁰. Assim, são encarados como anormais diante do binarismo de gênero (feminino e masculino) e do padrão heteronormativo socialmente estabelecido em que há o disciplinamento do corpo, onde um homem e uma mulher ditos *normais* atribuem-se todas as características de masculinidade e feminilidade pré-definidos para cada um, não abrindo margem para outras formas de expressão do corpo sem associação ao sexo biológico⁹. Com base nisso, a resposta “sim” dada pela maioria dos entrevistados nas questões 2 e 4 entram em consenso com a afirmativa acima, testificando a real necessidade do conhecimento dos enfermeiros sobre as questões levantadas.

Com relação às questões 5 e 6, mesmo sendo resposta “sim” pela maioria, cabe destacar que 2 em cada questão, afirmaram não conhecer a Política Nacional de Saúde Integral LGBT e não consideraram orientação sexual e identidade de gênero como determinante e condicionante na situação de saúde do público LGBT. Ainda que seja um número expressivamente pequeno, pode-se ratificar que esse desconhecimento poderá comprometer o atendimento à população LGBT, pois acarretará numa certa falta de prioridade ou de esforço para reflexão e entendimento acerca da importância do direito a saúde desses indivíduos, e conseqüentemente, produzirá o despreparo para com o atendimento acolhedor e humanizado⁶.

Em 2009, o ministério da saúde (MS) lançou a Carta Dos Direitos Dos Usuários do SUS¹² através da portaria nº 1820¹³. A carta possibilitou a obrigatoriedade de um campo para preenchimento com o nome pelo o qual o usuário deseja ser chamado em documentos de identificação de usuários, como por exemplo, prontuários. Logo depois, em 2011, veio a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) que formalizou de acordo com a carta anteriormente citada, o direito de uso do nome social de travestis e transexuais¹⁴. O nome escolhido por estes são carregados junto ao corpo em transição, fazendo parte do processo de readequação do gênero no qual se identificam em razão de que os múltiplos sentidos de feminilidade e masculinidade operam como constituinte de gênero¹⁵. Diante do exposto, todos os enfermeiros participantes da pesquisa marcaram “sim” para a existência do direito de uso do nome social por travestis e transexuais.

Homens transexuais mesmo durante o processo de readequação do gênero necessitam fazer exame Preventivo/Papanicolau, visto que há os fatores genéticos para desenvolvimento do câncer de colo de útero e mama. Mesmo apresentando resultados bastante limitados, há estudos que sugerem a existência de evidências de que a terapia hormonal pode apresentar riscos para o desenvolvimento de câncer de mama¹⁶ tornando a terapia hormonal como mais uma vulnerabilidade de homens transexuais¹⁷. A última questão levantada destaca que 1 enfermeiro não se sente capacitado para fazer exame de preventivo/papanicolau nessa população em específico, revelando a necessidade de educação continuada para este enfermeiro, visto que o mesmo pode exercer um enorme impacto no processo de saúde-doença dessa população quando se trata do seu papel de promoção da saúde¹⁸.

No geral, os enfermeiros participantes da pesquisa apresentaram respostas bastante satisfatórias sobre os conhecimentos questionados. Porém, é possível observar com a próxima tabela que há uma controvérsia e confusão de informação a respeito do que foi afirmado por estes nas questões 1, 3 e 4.

Os dados da tabela 2 permitem mostrar se os enfermeiros conseguem fazer a diferenciação entre os conceitos de orientação sexual, da identidade de gênero que foram questionados na primeira tabela, evidenciando se os mesmos apresentam realmente o conhecimento que afirmaram ter e a capacidade em preencher um formulário que apresente estes campos a respeito de um determinado paciente LGBT.

Como já explicitado neste estudo, a orientação sexual e identidade de gênero assumem significados diferentes um do outro. Perante os dados da tabela 2, constata-se que a maioria dos enfermeiros não fez a diferenciação correta entre estes dois conceitos mostrando uma contradição no que foi relatado pelos mesmos na primeira tabela.

Tabela 2. Preenchimento de formulário/prontuário com os campos de identidade de gênero e orientação sexual.

1. Gay	N
Orientação sexual	3
Identidade de gênero	3
2. Homem Transexual	N
Orientação sexual	4
Identidade de gênero	2

3. Travesti	N
Orientação sexual	4
Identidade de gênero	2
4. Mulher transexual	N
Orientação sexual	4
Identidade de gênero	2
5. Bissexual	N
Orientação sexual	3
Identidade de gênero	3
6. Lésbica	N
Orientação sexual	4
Identidade de gênero	2
7. Homossexual	N
Orientação sexual	2
Identidade de gênero	4
8. Transexual	N
Orientação sexual	6
Identidade de gênero	0

O enfermeiro tem importante atuação no campo de saúde sexual e saúde reprodutiva, portanto, inclui-se nesse contexto a população LGBT. Diante disto, pode-se fazer necessária a identificação para além do sexo biológico do paciente, incluindo então a orientação sexual e a identidade gênero nos registros de triagem, anamnese, fichas de acompanhamento e demais documentos.

Vários estudos nacionais expõem que a orientação sexual e a identidade de gênero não são tratadas com o grau de relevância merecido, de forma a contemplar essas duas dimensões da sexualidade humana como condicionante e determinante na situação de saúde¹⁹. Verifica-se este fato nas respostas dadas pelos enfermeiros, em que na maioria foram incorretas. Destas, as seguintes foram destacadas negativamente: dos 6 participantes, 3 marcaram “Gay” como identidade de gênero, 4 marcaram “Homem transexual”, “Travesti” e “Mulher transexual” como orientação sexual. “Bissexual”, 3 marcaram como identidade de gênero; “Homossexual”, 4 marcaram como identidade de gênero e “Transexual”, 6 marcaram sendo uma orientação sexual. De todas as respostas, o destaque positivo foi na categoria “Lésbica”, em que 4 marcariam no prontuário/formulário corretamente como sendo uma orientação sexual.

Essa incompreensão apresentada por grande parte dos enfermeiros faz com que eles partam do pressuposto de que todo paciente seja cisgênero e heterossexual como dito no padrão heteronormativo, não tratando cada indivíduo dentro da sua particularidade, dentro do que os princípios do SUS apontam. O atendimento pode ficar mecanizado e ser feito de forma negativa por estes profissionais, tornando difícil a procura de pessoas LGBT's pelos serviços de saúde já que sua sexualidade não é levada em consideração²².

Ainda tem como base nesse desconhecimento, a má formação a respeito da sexualidade humana que se apresenta frágil e inconsistente²⁴, pois muitas vezes são abordados apenas os aspectos biológicos e reprodutivos, sendo a diversidade sexual ou o tratamento especializado para com a população LGBT não discutida durante a graduação dos profissionais de saúde²³, tornando o

processo e o desenvolvimento da assistência para com a população LGBT assexuado¹⁸.

Sugere-se que os profissionais de saúde devem ter em seus currículos conteúdo que debatam o enfrentamento do preconceito relacionado à orientação sexual e a identidade de gênero com o intuito de que não caiam em preconceitos e naturalizações⁸.

Os próximos dados refere-se às perguntas abertas que foram feitas aos entrevistados no momento da pesquisa. Estes dados foram analisados e organizados, tendo como base o método de análise de conteúdo temática.

Ao serem questionados sobre a importância da enfermagem estar capacitada para o atendimento à população LGBT, obtiveram-se as seguintes respostas:

“É importante estar capacitada para que não haja discriminação. E faltam capacitação e atualização dos profissionais sobre o assunto.” (P1).

“A importância encontra-se no sentido de que independente de qualquer coisa, a enfermagem atende o ser humano de acordo com suas necessidades.” (P2).

“Importante porque somos o primeiro contato com os pacientes. E um atendimento universal, com equidade, leva em consideração a pessoa de forma integral independente de credo, raça, cor ou gênero (identidade sexual).” (P3).

“É importante para melhor atender a comunidade que procura por atendimento na UBS.” (P4).

“Precisamos estar aptos e capacitados para atender a todos os públicos, inclusive o público LGBT. Mas para isso, precisamos compreender este público para que possamos atendê-lo de acordo com sua particularidade e necessidade.” (P5).

“É importante para que se exclua o preconceito, tenha um atendimento normal com responsabilidade e bem direcionado.” (P6).

Um relatório recente feito pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) mostra que 445 LGBT's (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) morreram no Brasil em 2017. Vítimas de LGBTfobia ou homotransfobia, conta-se 387 assassinatos e 58 suicídios. Esses números expõe um aumento de 30% em relação a 2016, quando houve 343 mortes registradas. Isto torna o Brasil campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais, onde se estima que a cada 19 horas um LGBT seja assassinado ou se suicida vítima de LGBTfobia²⁹.

Com base no dado acima, é pertinente observar o tamanho da vulnerabilidade em que LGBT's estão sujeitos submetendo-os a vários riscos de vida²¹. Por isso, entra-se aqui a ação da enfermagem para com essa população no sentido de estarem preparados para lidarem com a demanda de saúde da referida população²⁰.

As declarações dadas pelos enfermeiros foram bastante positivas e coerentes. Como a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) traz vários objetivos visando à promoção da saúde deste público, como por exemplo, a eliminação do preconceito institucional e discriminação⁴, as declarações do P1 e P6 estão de acordo.

O P1 manifestou espontaneamente a falta de capacitação dos profissionais que vai de encontro com o fato de que o método de formação do enfermeiro pouco aborda ou não aborda a educação sexual e isto se confirma

pela incapacidade destes profissionais no atendimento a população, o que evidencia a tamanha necessidade destes em obter fundamentação acerca dos vários aspectos que envolvem a sexualidade³⁰.

Completam-se entre si as declarações dos P2, P3, P4, P5 sendo coerentes com artigos que apontam o papel dos enfermeiros de forma bastante abrangente afirmando que independente de suas próprias crenças e valores precisam respeitar as diferenças mantendo uma postura reflexiva diante dos padrões heteronormativos³¹, garantindo assistência digna e humanizada numa visão integral, orientando o usuário LGBT quanto aos seus direitos e deveres³⁴.

A outra questão levantada foi sobre o que é o processo transexualizador. As seguintes respostas foram destacadas:

“Não sei.” (P6).

“É quando o profissional ajuda a pessoa no processo de entender qual sexo ela se identifica.” (P5).

“Nunca ouvi falar nesse termo, mas pra mim seria a utilização de hormônios.” (P2).

“É a mudança do órgão genital e o enfermeiro faz o encaminhamento para o médico.” (P1).

“Acompanhamento com psicólogo e cirurgia (mudança de sexo).” (P4).

“Entendo como o processo cirúrgico, onde a pessoa modifica as características (homem-mulher ou mulher-homem).” (P3).

Através das Portarias nº 1707 e nº 457 de agosto de 2008²⁵, tornou-se instituído o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), e ampliado pela Portaria nº2803, de 19 de novembro de 2013²⁶.

O Processo Transexualizador compreende um conjunto de estratégias de atenção à saúde implicadas no processo de transformação dos caracteres sexuais pelos quais demandam as pessoas transgêneros (transexuais e travesti)²⁹. Este por sua vez, visa garantir o atendimento integral de saúde as pessoas transgêneros, incluindo acolhimento e acesso com respeito nos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) indo do uso do nome social, a inclusão da hormonioterapia, até a adequação do corpo biológico com a identidade de gênero e social referida pelo paciente através da cirurgia¹¹.

Como diretriz do processo transexualizador, a atenção à saúde de transexuais e travestis não deve se restringir ou se centralizar nas cirurgias de transgenitalização e demais intervenções somáticas²⁷ (como implante de silicone nos seios, eletrólise, redução do pomo de Adão, mastectomia e histerectomia)²⁸. Em contrapartida, os conceitos apresentados pelos enfermeiros sobre o processo transexualizador em sua maioria, foram resumidos ao uso de hormônios e a cirurgia de transgenitalização (P1, P2, P3 e P4). O P6 afirmou não saber o que é, e o P5 mostrou uma visão não muito esclarecida ao afirmar que os profissionais ajudam a pessoa transexual a entender o sexo no qual ela se identifica, quando na verdade, a transexualidade é o fenômeno no qual o indivíduo já manifesta de forma intrínseca um desacordo entre o sexo psicológico e o sexo biológico³¹, sendo o papel dos profissionais facilitarem o processo de transição de gênero por meio da assistência a saúde.

Conclusão

A pesquisa possibilitou analisar o conhecimento de enfermeiros sobre a população LGBT, envolvendo conceitos importantes sobre esta e, sobre a importância da enfermagem no atendimento a este público. Os dados

encontrados com o questionário respondido pelos enfermeiros participantes da pesquisa permitiu evidenciar que a maioria não sabe diferenciar a orientação sexual de identidade de gênero, porém, respondeu positivamente com relação as outras questões aplicadas.

Visto que LGBTs sofrem com uma vulnerabilidade que coloca em risco seu direito à saúde podendo não receber uma assistência com qualidade e equidade, o discurso dos enfermeiros se mostrou satisfatório. Porém, ainda vê-se necessário o investimento em educação continuada desses profissionais para com a o população LGBT, afinal, vários artigos mostram a fragilidade na formação dos enfermeiros sobre sexualidade humana e uma fragilidade ainda maior quando referente à diversidade sexual e de gênero e isso se confirma no desconhecimento da maioria sobre o processo transexualizador e de alguns enfermeiros que afirmaram não conhecer a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, afirmaram que orientação sexual e identidade de gênero não são consideradas como determinante e condicionante na situação de saúde de um LGBT, e ainda, um manifestou não se sentir preparado para atender um homem transexual que precise fazer papanicolau/preventivo.

Diante disso, este estudo pretende gerar reflexões e estimular estudos quanto à sensibilização de enfermeiros para que haja uma preocupação no tocante a considerar as demandas de saúde da população em questão.

Referências

1. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Caderno de atenção Básica nº26. Brasília/DF – 2010. Acesso em 10 de março de 2018. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes>
2. Brasil. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, Coordenação de Políticas Para a Diversidade Sexual. Cartilha Diversidade Sexual e a Cidadania LGBT. São Paulo – 2014. Acesso em 12 de março de 2018. Disponível em: http://www.recursohumanos.sp.gov.br/lgbt/cartilha_diversidade.pdf
3. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Cartilha Cuidar Bem da Saúde de Cada Um: Atenção Integral à Saúde da População Trans. Brasília/DF – 2016. Acesso em 12 de março de 2018. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cuidar_bem_saude_populacao_trans.pdf
4. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília/DF – 2013. Acesso em 14 de março de 2018. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf
5. Oliveira SR, Santos MM, Santos RAS, Correia SA, Afonso TM. O Enfermeiro da Estratégia de Saúde da Família e o Cuidado à População LGBT. Congresso

Internacional de Enfermagem; 2017 May 9-12; Universidade Tiradentes (UNIT). Aracaju/SE: Maria Inês Brandão Bocardi; 2017.

6. Alves CMR. O papel da enfermagem no rompimento dos preconceitos LGBT nos serviços de saúde. 16º Congresso Nacional de Iniciação Científica; 2016 Nov 25-26; Faculdade Eniac. Guarulhos; 2016.

7. Matoso LML. O papel da enfermagem diante da homossexualidade masculina. Saúde (Santa Maria). 2014; 40(2): 27-34.

8. Lionço T. Que direitos à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. Saúde e Sociedade. 2008; 17(2): 11-21.

9. Araujo LM, Penna LHG. A relação entre sexo, identidades sexual e de gênero no campo da saúde da mulher. Revista Enfermagem UERJ. 2014; 22(1): 134-138.

10. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Transexualidade e travestilidade na saúde. Brasília/DF – 2015.

11. Popadiuk GS, Oliveira DC, Signorelli MC. A Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) e o acesso ao processo transexualizador no sistema único de saúde (SUS): avanços e desafios. Ciência & Saúde Coletiva. 2017; 22(5): 1509-1520.

12. Brasil. Ministério da Saúde. Carta dos direitos dos usuários da saúde. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2007.

13. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria n. 1.820/GM, de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. Diário oficial da República Federativa do Brasil. 2009 ago. 14; Seção 1. p 1-4.

14. Silva LKM, Silva ALMA, Coelho AA, Martiniano CS. Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. Revista de Saúde Coletiva. 2017; 27(3): 835-846.

15. Rocon PC, Rodrigues A, Zamboni J, Pedrini MD. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. Ciência & Saúde Coletiva. 2016; 21(8): 2517-2525.

16. Lara LAS, Abdo CHN, Romão APMS. Transtornos da identidade de gênero: o que o ginecologista precisa saber sobre transexualismo. Rev. Bras. Ginecol. Obstet. 2013; 35(6): 239-42.

17. Silva BO, Brandt DB. Controle do câncer rumo ao arco-íris. O Social em Questão. 2017; 38: 57-76.

18. Silva CJC, Andrade CAA, Abreu PD, Pires AM, Araujo EC. A transexualidade no contexto da enfermagem: uma revisão integrativa. V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades 2017; Salvador. Bahia: Editora Realize; 2017.
19. Cavalcanti AC, Nascimento LC, Medeiros HHA, Nunes ASR, Barrêto AJR. Acolhimento nos Serviços de Saúde à População LGBT: Uma Revisão Integrativa. Revista do Congresso Brasileiro de Ciências da Saúde. 2016; 01(01): 01- 09.
20. Borges CA, Souza M. Saúde das travestis: um desafio para a enfermagem. In: XVI Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão: Aprender e empreender na educação e na ciência; 2012; Centro Universitário Franciscano – UNIFRA; Santa Maria/RS, 2012. p. 1-8.
21. Cardoso MR, Ferro LF. Saúde e População LGBT: demanda e especificidades em questão. Psicologia: ciência e profissão. 2012; 32(3): 552-563.
22. Cirino LEB, Ferreira DS. Evidências sobre atitudes de estudantes e profissionais de saúde relacionadas às pessoas LGBT. Amazonas: Universidade do Estado do Amazonas; 2018.
23. Bilgic D, Daglar G, Sabanciogullari S, Ozkan SA. Attitudes of midwifery and nursing students in a Turkish university toward lesbians and gay men and opinions about healthcare approaches. J Nurs Educ Pract. 2018; 29: 179-184.
24. Nogueira IS, Rodrigues DMMR, Labegalini CMG, Lopes MCL, Baldissera VDA. A percepção e formação dos acadêmicos de enfermagem acerca da sexualidade humana. J. res.: fundam. care. online. 2017; 9(3): 614-619.
25. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008. Aprova a regulamentação do Processo Transexualizador no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília (DF), 20 ago. 2008. Seção 1.
26. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, Brasília (DF), 21 nov. 2013. Seção 1, p. 25.
27. Arán M, Murta D, Lionço T. Transexualidade e saúde pública no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva. 2009; 14(4): 1141-1149.
28. Sampaio LLP, Coelho MTÁD. Transexualidade: aspectos psicológicos e novas demandas ao setor saúde. Interface - Comunic., Saude, Educ. 2012; 16(42): 637-49.
29. Mott L, Michels E, Paulinho. Mortes violentas de LGBT no Brasil: Relatório 2017. Salvador; Grupo Gay da Bahia, 2017.

30. Querino MS, Almeida SS, Oliveira SCS, Umann J, Filho IMM. Ações da equipe de enfermagem na implementação da política de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais- revisão de literatura. Rev. Cient. Sena Aires. 2017; 6(1): 46-58.

31. Rolim AGF, Brito FL, Moreira ASS, Nascimento MD. Realidade de um serviço de média complexidade, para o público LGBT voltado para a atenção à saúde sexual e reprodutiva da população. Extramuros Revista de Extensão da UNIVASF. 2016; 4(2): 138-146.